

Revista **EVOLUÇÃO**

Ano IV n. 37 Fev. 2023
ISSN 2675-2573

EDUCAÇÃO

COOPERAÇÃO

TRANSFORMAÇÃO



Filial da
ABEC
BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos



Platform &
workflow by
OJS / PKP

CiteFactor
Academic Research Journals

www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano IV - nº 37 - Fevereiro de 2023

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Andreia Fernandes de Souza

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunistas:

Isac dos Santos Pereira

Ana Paula de Lima

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

André Luiz Dias Leite

Denise Teixeira Santos Menezes

Elizabeth Hama Francisco e Luís Venâncio

Flavia Florencio de Farias

Jucira Moura Vieira da Silva

Juliana Godoi Marques

Leila da Silva Siqueira

Marlene da Silva

Mirella Clerici Loayza

Nair Dias Ramos

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Rita de Cássia Martins Serafim

Vera Lucia Meneses de Lima Marques

Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 4, n. 37 (fev. 2023). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2023. 152 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Vol. 1, n. 1 (fev. 2020)

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.37

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.37>

A

São Paulo
2023

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Mirella Clerici Loayza
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Dr. Isac dos Santos Pereira
Prof. Me. José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
Vilma Maria da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**

Produzida com utilização de softwares livres



Filiada à:



Platform &
workflow by
OJS / PKP

Google Acadêmico



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 NOTA DO EDITOR

Prof. Antônio Raimundo Pereira Medrado

06 3º ANIVERSÁRIO DA REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

07 3 anos da Revista Primeira Evolução

Profª. Patrícia Martins da Silva Rede

08 comemoração dos três anos da Revista Evolução

Profª. Ana Paula de Lima

09 APRESENTAÇÃO

Profª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira

12 Refletindo sobre pessoas... aprendendo com elas

Ana Paula de Lima

13 Poema

Emanuelle Valverde

ARTIGOS

1. AS EXPERIÊNCIAS ARTÍSTICAS NO UNIVERSO INFANTIL Alecina do Nascimento Santos	15
2. MESTRE VITALINO E A ARTE EM BARRO André Luiz Dias Leite	23
3. REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO, ALGUMAS REFLEXÕES Denise Teixeira Santos Menezes	35
4. TEORIAS PSICOPEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS Elizabeth Hama Francisco / Luís Venâncio	43
5. A MULHER NEGRA E CAPOEIRISTA EM LUTA PELO SEU PROTAGONISMO Flavia Florencio de Farias	55
6. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL Jucira Moura Vieira da Silva	69
7. A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO NOS PRIMEIROS ANOS DE ESCOLARIDADE Juliana Godoi Marques	77
8. UNIVERSO INFANTIL: UM OLHAR DO PSICOPEDAGOGO PARA A LITERATURA E SUAS NARRATIVAS Leila da Silva Siqueira	85
9. LUDICIDADE COMO RECURSO PEDAGÓGICO PRESENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL Marlene da Silva	93
10. O MODELO TEACCH COMO FACILITADOR DO TRABALHO PEDAGÓGICO Mirella Clerici Loayza	101
11. A FORMAÇÃO INTEGRAL DO CIDADÃO Nair Dias Ramos	111
12. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO NA EDUCAÇÃO Patrícia Mendes Cavalcante de Souza	119
13. TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E AS METODOLOGIAS ATIVAS Rita de Cássia Martins Serafim	129
14. A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA DE BEBÊS E CRIANÇAS NOS DIVERSOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL Vera Lucia Meneses de Lima Marques	137
15. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO CIDADANIA EM PRÁTICAS DE LETRAMENTOS Vilma Cavalcante Sabino da Silva	145

REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO, ALGUMAS REFLEXÕES

DENISE TEIXEIRA SANTOS MENEZES

RESUMO

Este artigo tem como eixo norteador a presença indígena no Brasil e a abordagem desta temática nos Currículos Educacionais. Serão analisadas as legislações educacionais brasileiras, incluindo a Lei 11.645 de março de 2008, que trata da inclusão do ensino da história e cultura indígena nas escolas, além de documentos e propostas pedagógicas que abordem a temática indígena, como o Currículo da Cidade Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas, documento produzido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Tendo como objetivos estabelecer um panorama entre as legislações e documentos vigentes e a desconstrução de preconceitos e estereótipos criados ao longo do tempo pelo povo brasileiro sobre os povos indígenas, além de buscar propostas e referências pedagógicas que valorizem estas culturas. A educação tem um poder transformador, pode melhorar a sociedade como um todo quando colabora para a construção da equidade social e do respeito às diversidades culturais presentes no território brasileiro.

Palavras-chave: Acesso; Diversidade; Equidade social; Povos originários; Representatividade.

INTRODUÇÃO

O racismo é um problema que precisa ser enfrentado por todos os brasileiros independentemente da cor, da origem, da raça. A história do Brasil não deixa dúvidas que nosso país é negro em sua grande maioria, isso quer dizer que temos uma matriz africana em nossa formação cultural e em nossa própria identidade.

Não somos iguais, somos diferentes e aí está a riqueza de sermos humanos. Somos diferentes e há uma necessidade de se respeitar a diversidade e o fato de sermos singulares, únicos, irrepetíveis.

Urge a população negra gostar de sua história, tomar posse de sua história, quando isso acontece, há um fortalecimento nessa resistência por séculos de dominação que desafia aos oprimidos a gostarem de sua luta, de sua história e de sua libertação e para isso é preciso a concretude e a quebra dos grilhões de opressão. Estudar o presente tema é imprescindível para notarmos como as crianças tratam a diferença entre as pessoas. Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização de meios pedagógicos como forma de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores.

Tendo como objetivos estabelecer um panorama entre as legislações e documentos vigentes e a desconstrução de preconceitos e estereótipos criados ao longo do tempo pelo povo brasileiro sobre os povos indígenas, além de buscar propostas e referências pedagógicas que valorizem estas culturas. A educação tem um poder transformador, pode melhorar a sociedade como um todo quando colabora para a construção da equidade social e do respeito às diversidades culturais presentes no território brasileiro.

Verifica-se que o preconceito na escola não existe apenas em relação ao negro, mas também em relação à criança gorda, a que usa óculos e a que foge dos padrões de beleza estabelecidos pela sociedade. Assim, os profissionais da educação reflitam sobre o assunto para planejar políticas que minimizem o preconceito na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Infelizmente muitos profissionais não dão essa atenção porque não pararam para refletir sobre isso. Se você não parar para refletir, acaba praticando uma educação racista, mesmo que inconsciente, e as crianças percebem esses conceitos.

O ENSINO DA HISTÓRIA NO ESPAÇO ESCOLAR

O passado nos fornece elementos para compreendermos o presente, pois a história não é uma ciência ou disciplina que visa estudar somente o passado morto e imutável, ao contrário, história é vida, é movimento, é transformação e sua atuação seria comum à todas as épocas e pessoas, a história é fruto da ação humana no decorrer do tempo, onde existir o homem existe a História.

Estudar história não é achar respostas é antes aprender a fazer pergunta, é por meio dela que os homens compreendem a vida em sociedade e o seu papel social nesta sociedade, ou seja, a história é inerente ao ser humano, pois ele não só a constrói, como também é construído por ela, por meio dela compreende melhor o meio em que vive. Quando percebemos nosso passado histórico, temos condições de agir sob a realidade, assim, a história é uma necessidade humana e social, ela nos ensina, dentre outros aspectos, a conviver com as diferenças, com as múltiplas culturas.

Sendo a história movimento e dinamismo, pois está em permanente construção, ela possibilita a interação com o outro, o que por sua vez, contribui para a mudança e transformação do ser humano ela é interpretada conforme a ótica e os valores de cada época, sendo continuamente reescrita, uma vez que as informações ou conhecimento que chegam até nós não devem ser considerados verdades absolutas, mas sim devem ser filtrados pelo senso crítico histórico.

Em história, não se entende como apreensão do conteúdo apenas a capacidade dos alunos em dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens em fazer comparações com outras épocas, usando, por exemplo, dados resultantes da habilidade de leitura de tabelas, gráficos e mapas ou de interpretação de textos. (BITTENCUORT, 2008, p.106).

Na tarefa de auxiliar o aluno na construção de seu senso crítico é de fundamental importância que o professor de história atue de modo a possibilitar que seus alunos compreendam-se como sujeitos históricos, buscar empreender junto ao aluno a superação da visão de história enquanto ciência que estuda somente os fatos, acontecimentos e personagens do passado, e para isto se faz necessário que o docente busque diferentes

materiais e metodologias de ensino que superem a visão sempre parcial que existe no livro didático, pois apesar de se constituírem em importante ferramenta de auxílio no trabalho do professor, este não pode basear o processo de ensino-aprendizagem exclusivamente neste material, neste sentido apresentarei nas próximas páginas a leitura de imagens como outra ferramenta importante no trabalho do professor de história.

O PROFESSOR DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO DO OLHAR

Desde o início da história da humanidade, a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. Dos primeiros registros encontrados na pré-história até os dias de hoje, sempre houve alguém que desejava exprimir seus sentimentos, ideias e percepções por meio da arte. O homem sempre criou e modificou continuamente sua existência. A arte nos ensina que é possível transformar sempre o cotidiano. Por meio da arte, temos acesso aos sentimentos e aos pensamentos das comunidades de qualquer povo, época ou cultura. Produzindo arte conhecemos melhor a nós mesmos e aos outros

A arte deve ser entendida pelo professor de História como conhecimento e linguagem, por tratar-se de um sistema de representação que utiliza principalmente signos não-verbais (cor, luz, sombra, forma, som, gestos, silêncio, movimento etc.) com os quais o aluno, com alguma intenção, compõe uma obra, atribuindo significados a esses elementos. Assim:

Fontes Históricas são quaisquer traços do passado que permanecem. Elas podem ser fontes: documentos, jornais, leis, literatura, propaganda, diários, nomes de lugares. Visuais: pinturas, desenhos animados, filmes, vídeos, mapas, gravuras, planos. Oraís: música, relatos. Elas podem ser ainda de outros tipos, como artefatos, sítios, prédios (COOPER,2012, p.21).

Por meio do conhecimento artístico e da alfabetização do olhar, os alunos podem compreender os sistemas de representação produzidos pelo homem, pelas sociedades e pelos aparelhos ideológicos por meio dos meios de comunicação, podendo penetrar e capturar a realidade artisticamente e de forma consciente. É impossível uma compreensão crítica – e um aproveitamento para qualquer fim – desse ou daquele produto dos meios de comunicação de massa sem um conhecimento prévio da linguagem que o constitui. A educação do olhar dos alunos é necessária e inevitável, principalmente nos dias atuais onde as informações são passadas de forma tão rápida, e é partindo deste ponto de vista e da minha formação como professora de arte que proponho o ensino da História por meio da leitura de imagens.

O mais importante é fazer perguntas que dirijam o olhar dos alunos para as características mais importantes da imagem. A escolha das imagens durante as aulas, deverá estar contextualizada no conteúdo disciplinar e direcionada de acordo com a percepção dos alunos. É importante deixar que os alunos perguntem, apreciem, critiquem e comentem, retirando deles todas as sensações que tiveram ao entrarem em contato com imagens de diferentes naturezas como: folhetos, mapas, quadros, ilustrações, pinturas, objetos, capas de livro ou de filme, documentos antigos etc.

Em qualquer um destes exemplos é possível criar um roteiro para a análise, pois todos nos darão informações quando estivermos em contato direto com eles. Ao olharmos para suas propriedades físicas, como para seus materiais e processos, aprofundaremos nossa compreensão do objeto e ao estudarmos o contexto no qual ele nasceu, aprenderemos mais

sobre a história de determinada época e enriqueceremos nossa bagagem de conhecimentos, conforme citam Schmidt e Barca (2009, p.37).

INDÍGENAS E A CULTURA DENTRO DO ESPAÇO EDUCACIONAL

São povos que já habitavam há milhares de anos essas terras, muito antes da invasão europeia, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos.

Falar português, vestir roupa ou utilizar tecnologias não faz com que percam suas identidades étnicas ou que deixem de ser indígenas. É necessário reconhecer e valorizar a identidade específica de cada uma das sociedades indígenas, compreender suas línguas e suas formas tradicionais de organização social, de ocupação da terra e de uso dos recursos naturais isto significa respeito pelos direitos coletivos de cada uma delas busca do convívio pacífico, por meio de um intercâmbio cultural.

A Lei 11645 de 2008, assinada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, determina o Ensino de História e Culturas Indígenas, nas aulas de artes, história e literatura nas escolas de ensino oficial do País, mas ela não estabelece o ensino nos cursos de formação, o que torna o assunto desconhecido e longe das salas de aula:

Falar hoje de índios no Brasil significa falar de uma diversidade de povos, habitantes originários das terras conhecidas na atualidade como continente americano.

- Art. 1o O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:
- “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
- § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

LEIS E ORIENTAÇÕES

Os órgãos dos Poderes Públicos, os estabelecimentos de ensino e seus profissionais, têm suas atribuições definidas para garantir uma educação gratuita com um padrão mínimo de qualidade e igualitário, dentro da diversidade de culturas e regiões do país. Para garantir o acesso dos estudantes são criados programas suplementares: material escolar, alimentação, transporte e assistência à saúde (BRASIL, 2008).

São definidas como finalidades da Educação, o pleno desenvolvimento do educando e o preparo para o exercício da cidadania. Além disso, os estabelecimentos de ensino deverão elaborar e executar uma proposta pedagógica inclusiva; promover meios de integrar escola, famílias e comunidade; contribuir com a formação de atitudes e valores e o fortalecimento da solidariedade e do respeito às diversidades culturais (BRASIL, 2008).

O Preconceito é uma realidade que permeia as relações humanas em toda a história da humanidade, tendo, portanto, vários significados e interpretações, pois sua manifestação pode ser “exteriorizada de diversas maneiras, todas com ampla participação em nosso cotidiano” (PINSKY, 2006, p.39). Inicialmente preconceito pode ser definido, segundo o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa como um:

1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; 3. Superstição, credice; prejuízo. 4. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões etc.” (FERREIRA, 1999, p.1380).

A discussão a respeito da educação e das relações étnico-raciais, preconceito é uma tarefa muito ampla, dessa forma neste capítulo tem-se por objetivo central discutir duas questões fundamentais: o Preconceito, pois para iniciar este trabalho é muito importante ter consciência dos vários significados que podem ser atribuídos a este termo, e as formas de preconceito encontradas na vida em sociedade.

Trata-se de uma estereotipia de pensamento na qual a partir de certas características se associam outros atributos, como, por exemplo, associar o fato de alguém ser judeu com a certeza de que isto o torna avarento ainda que diante de qualquer prova que venha a evidenciar o contrário.

Originalmente as abordagens a respeito do preconceito localizaram sua origem em processos psíquicos individuais. A falta de contato com membros dos grupos alvo do preconceito, o deslocamento de características reprimidas e projetadas e a rigidez psíquica foram algumas das teorias elaboradas no passado (MARTINEZ, 1996).

Porém, com o avanço da Psicologia, as relações sociais e a categoria social à qual o indivíduo pertence passaram a ser mais estudadas e, conseqüentemente, a explicação para o preconceito passou a colocar em relevo as relações de poder intergrupais no qual a coesão e estima de um grupo estariam relacionadas à manutenção de uma imagem desfavorável de outro grupo. Além disso, as explicações ideológicas para as diferenças sociais existentes se beneficiam dos conflitos culturais favorecendo o desenvolvimento de atitudes discriminatórias (CAMINO, 1996; LACERDA et al, 2002).

A Constituição Federal (1988), estabelece como crime inafiançável e imprescritível, essa afirmação se torna a maior do mundo atualmente para o racismo pressupõe o fato de que estamos e vivemos em um país extremamente racista. Logo a pena inafiançável e imprescritível que está prevista nos artigos 4º e 5º da Constituição Federal que o crime precisa ser por racismo, no entanto, a maioria dos advogados conseguem desqualificar e transformar o racismo para injúria racial.

A cultura e descendência africana representam um resgate de tradições religiosas e culturais, bem como as crenças, mitologias, dialetos, oralidade, músicas, entre outras possibilidades. A culinária, os jogos e as danças, como a capoeira, retratam a propagação da cultura dos negros, estimulando a participação positiva na sociedade, sem reduzir a história dessa população à escravidão (HORTA, 2010).

A educação brasileira tem passado por constantes transformações. Com a promulgação da Constituição de 1988, a educação passa a ser o primeiro direito social. O ensino fundamental é considerado um direito de todos, independente das diferenças de etnia, idade, sexo ou deficiências (BRASIL, 2008).

A educação pública gratuita torna-se princípio em âmbito nacional, reflexo do cenário pós-ditadura, marcado por intensos movimentos sociais por todos os cantos do país, que clamavam por igualdade e garantia de direitos básicos dos cidadãos (BRASIL, 2008).

Em 1996, ocorre a promulgação da Lei de diretrizes e bases da educação nacional 9394/96, o cenário educacional brasileiro adquire o caráter atual, estas normativas e parâmetros regem o ensino até os dias de hoje. São instituídos princípios como igualdade, liberdade, tolerância, gestão democrática e valorização dos saberes trazidos pelos educandos (BRASIL, 2008).

Esta nova abordagem da educação nacional, aliada a movimentos sociais pelo fortalecimento da democracia no país e diversas manifestações pela garantia de direitos, como as lutas dos povos indígenas pelo reconhecimento de sua história, cultura e participação na composição étnica brasileira, dão origem a novos olhares no âmbito educacional e culminam com promulgação de novas leis (BRASIL, 2008).

Neste percurso ocorre a inclusão da temática indígena no cenário educacional. A cultura indígena tratada muitas vezes de maneira equivocada nas unidades educacionais tem uma nova proposta. Em 10 de março de 2008 é sancionada a lei 11.645, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". O artigo 26A passa a vigorar com a seguinte redação:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em busca de referências legislativas, propostas educacionais e documentos que abordem a temática indígena no contexto escolar brasileiro, trouxe informações relevantes sobre o assunto. A lei norteadora da abordagem da cultura indígena no ambiente escolar é a 11.645 de 2008, que inclui na LDB 9394/96 a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Embora esta alteração tenha sido um passo em direção à valorização da cultura dos povos indígenas, aconteceu o que ocorre com muitas leis brasileiras, não há uma legislação específica para nortear a aplicação do que é proposto na legislação, ficando a cargo da interpretação de cada segmento escolar, a organização das diretrizes para a execução da lei.

É sabido que a educação é um direito universal constituído, embora seja consenso sua extrema importância, as discussões sobre os métodos e as funções sociais, propósitos, responsabilidades são debatidos incansavelmente pela sociedade. Diversos setores apresentam possibilidades de acordo com seu ponto de vista ou interesse.

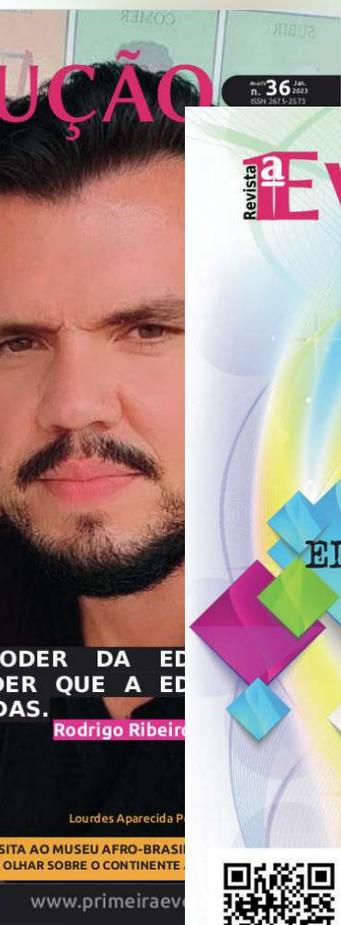
A Escola nada mais é que reflexo dessa sociedade, é o ambiente onde os estudantes, reproduzem o que vivem no seu meio, sabe-se que no Brasil a diversidade sociocultural e a heterogeneidade é imensa e estas desigualdades se evidenciam no ambiente escolar. Dessa forma se faz necessário a implantação de práticas educativas que acolham e propiciem trocas significativas zelando pela equidade.

É importante que o educador analise suas opiniões e faça uma meditação de seu real papel diante da competência de modificar ideias opressoras que rodeiam o ambiente escolar, acolhendo dando voz e vez aos imigrantes, os refugiados, ao migrante, aos povos originários, negros e demais diversidade étnico-socio-cultural .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CANDAU.V.M. **Sociedade, educação e cultura: questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- KAMBEBA, Márcia Wayna. **Poemas e crônicas: Ay Kakyri Tama- Eu moro na cidade**. Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Denise Teixeira Santos Menezes - Formada no Magistério pelo CEFAM, Guarulhos, SP. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Guarulhos, UNG. Pós Graduada em Psicopedagogia pela Universidade de Guarulhos, UNG. Professora de Educação Básica na Prefeitura de Guarulhos, PMG e Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.



ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
André Luiz Dias Leite
Denise Teixeira Santos Menezes
Elizabeth Hama Francisco / Luís Venâncio
Flavia Florencio de Farias
Jucira Moura Vieira da Silva
Juliana Godoi Marques
Leila da Silva Siqueira
Marlene da Silva
Mirella Clerici Loayza
Nair Dias Ramos
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Rita de Cássia Martins Serafim
Vera Lucia Meneses de Lima Marques
Vilma Cavalcante Sabino da Silva



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.37>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

